

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 02/2024

Sessão Ordinária Realizada no dia 30 de abril de 2024

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – *Idalina Lopes*.

Substituições

Luís Manuel Nunes Sanches (*substituído por Manuel Augusto Nabais*); Fernando Joaquim Pires Januário (*substituído por Celino Augusto*); Francisco Carvalho (*substituído por Lídia Martins Ribas*); Tânia Leal (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); José António Gonçalves Galhano (*substituído por Carlos Alberto Antunes Nabais*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Hora de Abertura

Nove horas e trinta minutos.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

No quadro das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, a presente sessão contou ainda com a participação dos alunos do Agrupamento de Escolas do Sabugal, convidados a assistir e participar no período antes da ordem do dia, tendo integrado, para o efeito, a mesa da Assembleia Municipal a aluna Alexandra Araújo e a mesa do executivo a aluna Mariana Nave.

Antes da Ordem do Dia

Parte I

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 29-02-2024

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra do Sr. José Escada, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 29-02-2024**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

Intervieram os seguintes membros:

Pelo Sr. José Escada propôs a inclusão do seguinte texto no ponto 3, na página 3, em diversos:

“Com o objetivo de transformar a moção em expediente, de atribuição de Ordem de Mérito em Voto de Louvor, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 29.º, o Sr. José Escada procedeu à leitura...”

Por não se enquadrar no regimento e na Lei, a proposta foi considerada improcedente pelo Sr. Presidente da Assembleia, tendo o Sr. José Escada apresentado declaração de voto, cujo teor consta no anexo 1 à presente ata.

Ponto 2 - Expediente

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à leitura do expediente.

Cartas:

- Carta da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal *“Defesa dos Bombeiros e das Associações Humanitárias de Bombeiros”*, cujo teor consta no anexo2

Moções:

- *Moção sobre o 25 de abril*, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, cujo teor consta no anexo 3.

Colocada a Moção à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os quatro pontos constantes da Moção.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que quanto ao preâmbulo o grupo que representa está afastado ideologicamente, no entanto, o grupo municipal do PSD apoia a moção apresentada.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso parabenizou a CDU pela moção apresentada, estando de acordo com todos os itens mencionados, acrescentando que o 25 de abril é presente e que o mesmo deve ser lembrado e recordado.

Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, disse que grupo é a favor da moção, pelo que o voto será favorável.

Grupo Municipal do CDS-PP

O Sr. José Escada referiu que o 25 de abril será sempre uma data que ficará para a história e lamentou que não tenha sido feita uma moção de homenagem ao 25 de abril unânime e que toda a gente se revisse no preâmbulo. Disse ainda que teria sido uma boa oportunidade para inaugurar o funcionamento da comissão permanente neste programa de comemorações, incluindo a preparação de moções deste tipo. Terminou dizendo que votará favoravelmente a moção.

Solicitou a palavra o Sr. João Manata para dizer que discorda o que o Sr. José Escada disse quanto à unanimidade das moções/preâmbulo, sendo da opinião que cada um tem o seu sentido de voto.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, agradeceu a presença dos alunos referindo que os jovens são a 2.^a oportunidade dos adultos para fazer o que ainda não foi feito e refazer aquilo que os adultos fizeram de errado. Agradeceu também aos Presidentes de Junta que na quadra pascal mantiveram as atividades alusivas a essa quadra.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso abordou o estudo '*Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*' apresentado na Reunião de Câmara de 13-03-2024, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se já entregou o mesmo ao poder central, uma vez que as conclusões do mesmo são preocupantes. Referiu que o mesmo deveria ser público de forma a ter o apoio de toda a comunidade sabugalense, porque o concelho deveria ter contrapartidas que até à data não existem; que se deveria ter uma cogestão da barragem para tutelar; e que se deveriam construir mini hídricas no concelho, para que o concelho seja mais verde no verão.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata abordou a requalificação da rua 5 de Outubro e do Largo da Fonte, tendo já assistido a várias quedas de pessoas e lembrou da necessidade de sanitários no Largo da Fonte. Questionou a possibilidade de colocar uma rampa no Mercado Municipal para a deslocação de pessoas de cadeiras de rodas ou deficientes.

Pelo Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada felicitou o Sr. Presidente da Câmara pela 3.^a conferência Enertalks porque trata de 2 temas em que muito se empenhou (Enertech e água da albufeira do Sabugal), agrada-lhe que a Enertech continue na agenda do município, e desagrada-lhe que o tema da água continue na agenda sem desenvolvimentos substantivos. Na sessão em que foi apresentado o estudo anteriormente abordado pelo grupo municipal do PS, o Sr. Presidente hesitou quando lhe perguntaram quem lhe facultou o contrato de concessão da barragem do Sabugal. Afirmou que quem facultou o contrato de concessão e o dossier da barragem à Câmara e à oposição havia sido o Sr. José Escada. Questionou o Sr. Presidente da Câmara do motivo para o qual os vereadores que tinham conhecimento do assunto não integraram o grupo de trabalho, se era por serem da oposição?

Solicitou a palavra o Sr. António Serra, do Grupo Municipal do PSD, tendo questionado o que é o concelho do Sabugal ganhou com a construção da barragem; se a Câmara tem alguma competência para gerir a área envolvente e o consumo da água que vai para a cova da beira e a ligação Sabugal-Guarda como contrapartida, prometida pelo Sr. António Guterres.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta do Baraçal disse não ter nada a dizer.

Em resposta ao Sr. António Serra referiu que é uma preocupação de todos, e tem sido difícil dialogar com a tutela, no entanto, o Município continuará a lutar pelos seus direitos.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Respondendo à questão do Sr. João Manso, sobre o estudo '*Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*' disse que a apresentação no dia 5 de abril já havia sido pública uma vez que o estudo já está terminado e será encaminhado para todas as entidades que participaram (APPA, DGADR, Direção Geral de Agricultura e Pesca, Águas de Portugal, Autoridade Nacional da Protecção Civil). Referiu que estão a ser dados passos muito concretos e seguros para colocar o tema da água na ordem do dia. Paralelamente a esse estudo, está a ser elaborado um estudo mais macro, envolvendo seis municípios (Sabugal, Penamacor, Covilhã, Guarda, Manteigas, Almeida e Fundão) para complementar este estudo. Disse que se o Sr. Presidente da Assembleia e os membros o entenderem será feita a apresentação do estudo numa Assembleia. Disse que o Município tem de ter um papel mais importante do que aquilo que tem tido, não prescindindo disso. Concluiu dizendo que estudo aborda a importância de criar uma gestão integrada dos recursos hídricos do território.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Respondendo à questão do Sr. José Escada, disse que o assunto é abordado diversas vezes por ele a agradeceu o empenho; referiu que o estudo será tornado público e que poderá ser sempre melhorado.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Sobre as questões levantadas pelo Sr. João Manata será averiguado o que se passa, em que possivelmente serão acionadas as garantias das obras. Acerca dos sanitários, informou que dentro de um mês haverá sanitários no Largo da Fonte. Sobre a colocação de rampa no Mercado Municipal, disse que o edifício cumpre com todas as regras de acessibilidade (elevador, rampa, rampa para cargas e descargas) mas serão verificadas.

Parte II

Na parte II do período Antes da Ordem do Dia foi concedida a palavra aos alunos presentes.

Érica Martins, aluna do 10.º ano, residente em Aldeia Velha, questionou se seria possível criar um passe gratuito sub-23 para todos os municípios que constituem a CIM-BSE e criar transportes que liguem os 15 municípios, tornando mais fácil as ligações dos jovens, não só para estudarem, como para realizarem estágios e conseguirem o 1.º emprego, ajudando á sua fixação.

João Póvoas, aluno do 10.º ano, residente no Sabugal, perguntou qual foi a decisão mais difícil que teve de tomar no 1.º mandato e a decisão que lhe deu mais prazer executar.

Maria Batista, aluna do 10.º ano, residente no Sabugal, perguntou, na opinião do Sr. Presidente da Câmara, se são os jovens que desistem do interior ou se é o interior que desiste dos jovens.

Xavier Basílio, aluno do 11.º ano, residente nos Forcalhos, questionou o que tem feito a Câmara Municipal para atrair jovens e manter os jovens no concelho.

Em resposta a Érica Martins, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara respondeu que os transportes no concelho do Sabugal são geridos pelo município, enquanto os transportes entre municípios são geridos pela CIM-BSE. Referiu que esse trabalho tem sido desenvolvido para que haja transportes entre os vários concelhos. Sobre o passe sub-23 já existe e deu conhecimento que a CIM está a preparar soluções para interligar os 15 concelhos.

Respondendo a João Póvoas, o Sr. Presidente da Câmara referiu que ainda não teve dificuldades em tomar decisões, pois as que tem tomado são devidamente ponderadas, em conjunto com os colegas de vereação. Acerca da decisão que lhe deu mais prazer executar, o Sr. Presidente da Câmara referiu que todas dão prazer em executar quando o objetivo é criar melhores condições para a população do Sabugal.

Sobre a questão colocada por Maria Batista referiu que é um pouco das duas coisas, sendo mais o interior que desiste dos jovens, porque não há oferta profissional qualificada como há nas grandes metrópoles. No entanto, estão a ser criadas medidas que levem à fixação de jovens.

Acerca da questão colocada por Xavier Basílio enumerou algumas medidas: na aquisição de lote camarário, os jovens têm desconto de 50%; isenção de taxas quando a soma de idades não é superior a 80; pagamento de transportes, alimentação e manuais escolares. Referiu

ainda que estão recetíveis a sugestões que possam ter para ajudar à fixação dos jovens no concelho.

Seguiu-se uma segunda ronda de questões colocadas pelos alunos.

Ana Mell Crespo, aluna do 11.º ano, residente no Sabugal, referiu que o geógrafo Álvaro Domingues tem sinalizado os problemas dos concelhos do interior: emigração e envelhecimento, quebra da natalidade, despovoamento e escassez de emprego, questionou posteriormente o que pode a Câmara fazer para inverter essa tendência.

Inês Afonso, aluna do 11.º ano, residente em Badamalos, perguntou o que mais beneficiou o concelho do Sabugal com os 50 anos do poder democrático.

Tiago Ponces, aluno do 12.º ano, residente em Aldeia da Ponte, perguntou a opinião do Presidente da Câmara no sentido de criar uma comissão de cidadãos no concelho do Sabugal, à semelhança do que aconteceu na Câmara de Lisboa, em que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal realizassem um fórum anual para que todos os cidadãos do concelho pudessem debater assuntos como o envelhecimento, o investimento no concelho (como deve ser feito e em quê), como se podem atrair os jovens para combater o despovoamento, e a nível de infraestruturas quais devem ser criadas ou melhoradas. Desta forma poderia aumentar a participação direta dos cidadãos no concelho do Sabugal e na política do mesmo.

Rodrigo Calva, aluno do 12.º ano, residente no Soito, questionou os grupos municipais que recordações têm do 25 de abril de 1974.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Câmara, em resposta a Ana Mell Crespo disse que o município não tem os meios financeiros e técnicos do poder central para instituir determinadas medidas, mas o Município ajudará naquilo que puder e for da sua competência no que à fixação de jovens diz respeito; quanto à instalação de empresas, o Município conta com um regulamento de apoio para o efeito.

Respondendo a Inês Afonso disse que os 50 anos do 25 de abril alteraram o paradigma do país e dos territórios do interior.

Sobre a intervenção de Tiago Ponces disse que a comissão de cidadãos referenciado seria um assunto a discutir em Assembleia Municipal. Há um plano estratégico, em que está a ser trabalhada a sua atualização, onde esses tipos de questões são tratados, havendo posteriormente condições para a criação do fórum.

Sobre a questão colocada por Rodrigo Calva, os representantes dos grupos municipais tomaram a palavra para transmitir as suas vivências.

Grupo Municipal Cidadãos Independentes

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, referiu que a recordação que mais soa do 25 de abril, de quem viveu e não viveu, é a liberdade.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada disse que assistiu às movimentações militares do 25 de abril desde a primeira hora, a partir da residência universitária onde se encontrava. Referiu também que a vivência na escola que frequentava (Instituto Superior Técnico) no dia da revolução foi em euforia.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que tinha 15 anos aquando do 25 de abril, e recorda-se da fome e miséria existente no concelho; mais de três pessoas reunidas na rua era considerada manifestação; a corrupção era generalizada, lembrando que o 25 de abril deve ser lembrado e lembrado sempre.

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso referiu que no 25 de abril de 1974 frequentava o ISEG, tendo vivido o 25 de abril com enorme intensidade e, tal como o Instituto Superior Técnico, o ISEG era das escolas mais contestatárias de Lisboa e do regime, havendo frequentemente greves de estudantes. Recordou que um colega havia sido morto a tiro, após os ânimos exaltarem numa aula, onde havia um elemento da PIDE integrado e que havia o medo de ter de ir para o ultramar após terminar os estudos. Concluiu que o 25 de abril foi uma lufada de ar fresco.

Grupo Municipal do PSD

O Sr. António Serra disse que o 25 de abril modificou por completo o país, e continua a modificar. Quando tinha 2 anos, em 1958, o seu pai era o regedor da aldeia, e que se deslocou, a pé, das Inguias à Covilhã para comprar material de campanha, chegou à aldeia, reuniu a população e disse em voz alta *‘Eu voto na democracia. Eu voto General Humberto Delgado.’* Aquando do 25 de abril, encontrava-se em aulas, tendo a professora interrompido a aula para dizer *‘Hoje é um dia histórico, Portugal está a mudar, vamos todos para a rua e vamos todos comemorar.’* Mas, só teve consciência real do que aconteceu quando, à hora de almoço, o pai encontrou o Dr. João Gomes, e lhe disse *‘Serra, somos livres.’* Terminou

referindo que o 25 de abril está e estará sempre presente e que é dever dos jovens estarem presentes na vida política do país.

A Sr.^a Lúcia Ribas recorda ter sido convidada pelo médico Dr. António Júlio para entregar uma prenda no Hotel Turismo para o General Humberto Delgado. Do 25 de abril recorda o fotógrafo que mais fotografou o 25 de abril, Alfredo Cunha, e que na madrugada ligou aos seus pais para dizer que estava a acontecer uma revolução.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia incentivou os alunos a pronunciarem-se sobre o que para eles significa a liberdade, tendo pedido a palavra os alunos Tiago Ponces e Rodrigo Calva, tendo o primeiro referido que, para ele, liberdade é poder falar, expressar-se, haver opiniões diferentes entre partidos, respeitando-as e aceitando-as, mesmo discordando. Liberdade é poder andar na rua sem medo, falar livremente sobre tudo aquilo que se passa na economia, política, direito, educação, poder apresentar as suas opiniões e ideias às pessoas que exercem cargos importantes e essas ideias transformarem-se em ações que podem ser decisivas, quer para o concelho do Sabugal, quer para o país. Já o aluno Rodrigo Calva, referiu que partilha da mesma opinião do seu colega Tiago Ponces, acrescentando que, para ele, liberdade é sair à rua sem medo, ter direito à liberdade de expressão sem perseguições por parte da PIDE.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação da Prestação de Contas referente ao ano de 2023

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Prestação de Contas de 2023 e Aplicação dos Resultados Líquidos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Total de votos presentes: 61;

Votos a Favor: 41;

Votos Contra: 00;

Abstenções: 20;

Declarações de voto total: 00;

Declarações de voto contra: 00.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto, tendo dito que, em termos globais a execução orçamental do Município

de Sabugal com referência a 31 de dezembro de 2023 apresenta-se positiva, com uma execução total da receita de 88% no valor de vinte e seis milhões e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e sete euros (26 044 387,00 €).

Em relação á despesa a execução foi de 83% no valor de vinte e três milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e um euros (23.455.231,00€), permitindo transitar com um saldo de gerência para 2024 de dois milhões quinhentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta e seis euros (2.589.156,00€).

Receitas:

- Receita Correntes a execução foi de 92% correspondendo a 19.070.279,00€
- Receita Capital a execução foi de 71% correspondendo a 6.974.107,00€

Despesas:

- Despesa Correntes teve uma execução de 87% correspondendo a 17.392.140,00€
- Despesa de Capital a execução foi de 74% correspondendo a 6.063.091,00€

Durante a execução do orçamento foi cumprida a regra do equilíbrio, com uma margem de aproximadamente um milhão de euros.

A 31/12/2023 o Município tinha uma margem de endividamento de 3.766.389,00€.

Não tinha pagamentos em atraso com mais de 90 dias, e apresenta um prazo médio de pagamentos de 3 dias.

O Município apresentou um Resultado líquido positivo de um milhão e trinta e seis mil euros (1.036.161,00€) ou seja aumentou seiscentos e treze mil e quarenta e quatro euros (613.044,00€) em relação a 2022.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, destacou algumas referências do Revisor Oficial de Contas, a excecional execução orçamental de 88% da receita e 83% de despesa; variações positivas em todos os rácios de liquidez; nível de endividamento dentro dos limites legais; da observação do quadro de apuramento de custos, destaca variações positivas importantes em rubricas como a cultura, juventude, desporto, educação e as freguesias; congratula a política de pagamento do município de quase pronto pagamento, pois acredita na virtuosidade desta prática sobre a economia a economia local. Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da deficiente execução na transferência de capital - administração central, que se fixou nos 53 %.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, referiu que a prestação de contas, tecnicamente, está muito bem preparada, sendo o seu sentido de voto favorável.

Deixou, no entanto, as seguintes notas e questões: sobre os impostos diretos, estão 49,1% acima do previsto, perguntando o porquê; acerca das despesas com o pessoal, entre 2020 e 2023 subiram 42%, havendo, em média, um acréscimo de 4% no número de funcionários, questionando a que se deve esse acréscimo; sobre as infraestruturas da barragem do Sabugal referiu que estava orçamentado 985.387,00€, estando apenas executado 9.100,00€ (execução inferior a 1%); na eficiência energética estava orçamentado 693.377,00€, estando apenas executado 85.932,00€, representando uma execução baixa de 12%, apesar de verificar na atividade municipal uma melhoria significativa.

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso procedeu à análise do documento em discussão, que consta, na íntegra no anexo 4, tendo também referido que avaliando politicamente os valores apresentados (88% e 83% de taxas de execução da receita e da despesa, resp.) pode inferir-se uma fraca capacidade de realização quer da receita, sobretudo fora do OGE, quer das despesas em obras concelhias, ambas com prejuízo para os habitantes do concelho do Sabugal. Terminou dizendo que a posição do grupo do PS na Assembleia Municipal é de abstenção.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata disse partilhar do mesmo discurso do Sr. José Pires Manso, tendo referido que o sentido de voto do grupo municipal da CDU é a abstenção.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada referiu que o minuto que tinha para falar não é suficiente para fazer a abordagem pretendida sobre o assunto em discussão e subscreve as palavras do Sr. Tiago Nabais, pela sua clareza e exposição dos pontos sintéticos em termos de execução orçamental.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD

Em resposta às intervenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, o Sr. Presidente da Câmara disse que os 53% dizem respeito apenas às transferências de fundos comunitários de 3 obras que ainda não estão terminadas.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, a questão dos impostos foi um dos fatores para que o saldo do resultado líquido deste ano fosse muito superior ao do ano passado. A nível de IMT, a Câmara arrecadou 169 mil euros em 2022 e 970 mil euros em 2023. Sobre o aumento de custos com o pessoal deve-se à integração dos 55 funcionários da escola e aos aumentos das tabelas remuneratórias. De referir que a abertura de procedimentos concursais se devem, acima de tudo, para colmatar reformas e baixas e cumprimento de rácios da transferência de competências da Educação. Acerca da baixa execução da fase I – infraestruturação da barragem disse que a única execução que tem é a aquisição de terrenos, verificando-se dificuldades na aquisição de um terreno, que

seguirá a via da expropriação. Sobre a execução da eficiência energética baixa, os projetos estão a ser candidatados agora e referenciados na ITI da CIM-BSE. Dando alguns exemplos: os castelos estão dotados com tecnologia LED, vai ser feita uma intervenção aprofundada nas piscinas, vai haver mais intervenções, no âmbito da eficiência energética, no Cró.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

São questões que estão no relatório. Sobre a taxa de execução referiu que são as melhores dos últimos anos, tendo cumprido todas as metas e legislação aplicação. Referiu ainda que gostaria que as taxas de execução fossem melhores em algumas rubricas, no entanto, ainda se vivem as consequências do COVID e das guerras.

Numa 2.^a ronda entrevistaram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso abordou as despesas do Cró, tendo dito que as mesmas são avultadas (cerca de 1 milhão); referiu ainda o impasse sobre a dívida da Câmara às Águas do Vale do Tejo. Sobre a taxa de execução referiu que a próprio revisor refere que a taxa se encontra abaixo do orçamentado.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que referiu que o valor referente ao Cró diz respeito a toda a despesa na generalidade, incluindo investimentos, e a nível de défice encontra-se nos 600 mil euros. Em relação a 2022 recuperámos 300 mil euros. Referiu que a situação do Cró é preocupante, no entanto, estão a ser tomadas medidas no sentido de minimizar os custos do equipamento e torná-lo mais atrativo para uma solução mais definitiva do equipamento.

Sobre a dívida às Águas do Vale do Tejo, na página 15 do relatório refere que a dívida é de 4.571.000,00€, que vão acrescer os juros de mora, no entanto, tem havido progressos nessa matéria e haverá reunião com nova administração, no sentido de chegar a um entendimento.

Ponto 02 – Discussão e votação da 3.^a Alteração Orçamental Modificativa (2.^a Revisão) ao Orçamento 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 abstenções, aprovar a 3.^a Alteração Orçamental Modificativa (2.^a Revisão) ao Orçamento de 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a 2.^a revisão se deve a 2 alterações, sendo a primeira pelo facto de no orçamento não estarem previstas rubricas de receita e de despesa da APAL; a segunda deve-se à criação de rubricas referentes ao projeto PIPSE, família inclusiva.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 03 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento de Organização do Serviço-APAL-Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal

Deliberação: A Assembleia **deliberou**, por maioria, com 16 abstenções e 2 votos contra, **aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços e o Mapa de Pessoal dos Serviços**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 5423, datada de 12-04-2024.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação do ponto, tendo dito que os documentos alusivos ao ponto 03, 04 e 05 são essenciais para que o serviço possa entrar em funcionamento em junho, em que o regulamento em causa rege uma série de normas, nomeadamente estrutura orgânica e mapa de pessoal.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que à semelhança da votação dos Srs. Vereadores do Partido Socialista em Reunião de Câmara, o sentido de voto será a abstenção, realçando a importância de encontrar soluções. Alertou para o estudo de avaliação e definição do modelo de gestão do ciclo urbano da água dos serviços de AA e AR, que deixou claro o trabalho que não foi feito ao longo de 25-26 anos, da maioria PSD. Abordou vários pontos da página 259, tais como: a água não-faturada correspondeu a 72% da água entrada nos sistemas entre 2018 e 2021, com um custo anual de 634 mil euros; o elevado número de perdas reais de água 60% da água entrada nos sistemas entre 2018 e 2021 com impacto substancial nos custos de prestação do serviço (média/ ano de 591 mil euros entre 2018 e 2021); rede de distribuição com idade média de utilização que ronda os 26 anos e nível reduzido de renovação da rede. Abordou a página 291 do mesmo documento, referindo: a rede de coletores com idade média de utilização elevada (25 anos) e a inexistência de renovação de coletores. Concluiu, referindo que mesmo integrando os APAL, todas as falhas apontadas no estudo vão demorar décadas a ser resolvidas.

Sobre o mapa de pessoal para a APAL referiu que o valor gasto em salários é elevado porque há uma disparidade entre funcionários especializados (1 diretor delegado, 2 chefes de divisão, 11 chefes de unidade, 18 técnicos superiores, 7 coordenadores técnicos, 30 assistentes técnicos, 4 encarregados operacionais, totalizando 71 técnicos) e assistentes operacionais (72).

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada questionou se tudo o que seja relacionado com a gestão interna de serviços, admissão de pessoal terá de ser deliberado em Assembleia.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. Presidente da Câmara começou por sugerir que o Partido Socialista apresentasse soluções, e que o município nunca, em anos transatos, tinha verba para efetuar a substituição da rede, e que a integração nos APAL é uma oportunidade para poder recorrer a fundos comunitários que permitam a substituição da rede.

Sobre o mapa de pessoal referiu que é uma previsão determinada pelo estudo e que será preenchido consoante as necessidades.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS

Sobre a questão colocada pelo Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a constituição do serviço passa pela Assembleia Municipal e futuramente, apenas o orçamento terá de ser deliberado em Assembleia Municipal.

Numa 2.^a ronda interveio o Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso, ainda sobre os 71 técnicos referidos anteriormente, questionou se serão, na sua maioria da Câmara da Guarda, acrescentando que se for esse o caso, o encargo financeiro deixará de ser da Câmara da Guarda e será diluído pelas restantes Câmaras e respetivos consumidores.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu que os encargos financeiros da estrutura serão suportados pelo orçamento da APAL. A Câmara do Sabugal apenas disponibilizará verba se optar por financiar o tarifário.

Numa 3.^a ronda interveio o Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso deu nota de um estudo de 2020 que refere que a Câmara de Castelo Branco apenas tinha 1/3 dos funcionários da Câmara da Guarda.

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que não tem de responder pelas outras Câmaras.

Ponto 04 - Discussão e votação da proposta de deliberação - início do exercício dos fins específicos e protocolo de cooperação pela APAL

Deliberação: A Assembleia **deliberou**, por maioria, com 16 abstenções e 2 votos contra, **fixar a data de 1 de junho de 2024 como data de início pela APAL-SIM da prestação dos serviços previstos na cláusula 3.^a do Acordo de Parceria e aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 5493, datada de 15-04-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que para iniciar funções é necessário transferir para a APAL 100 mil euros distribuídos equitativamente por todos os municípios, resultando numa transferência, a título de empréstimo, de 18.525,00€, que será ressarcido às Câmaras quando a APAL tiver os recursos financeiros necessários.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso perguntou porque é que nomearam um conselho de administração transitório (Presidente – Presidente da Câmara da Guarda; 2 vogais – Presidente da Câmara do Sabugal e Presidente da Câmara de Celorico da Beira) e não nomearam o conselho de administração que gerisse o serviço desde o seu início.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada questionou se a distribuição de verba é feita equitativamente ou proporcionalmente.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. Presidente da Câmara disse que por questões técnicas não foi possível que as pessoas se desvinculassem das empresas atempadamente e foi necessário constituir o conselho de administração com os Presidentes de Câmara.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS

O Sr. Presidente de Câmara referiu que de facto é proporcional e não equitativo.

Ponto 05 - Discussão e votação da proposta de orçamento 2024 da APAL

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 5492, datada de 15-04-2024, **deliberou**, por maioria, com 17 abstenções e 2 votos contra, **aprovar o Orçamento e as GOP's da APAL-SIM para 2024 e aprovar as Normas de Execução Orçamental da APAL-SIM para o ano de 2024**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o orçamento é provisório, para arranque da atividade, no valor de 6.673.000,00€, sendo posteriormente feita uma revisão, após o início do serviço da APAL, quando houver valores mais concretos sobre a receita e despesa.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, disse que seria importante perceber o impacto deste orçamento no orçamento municipal, sobretudo a nível de receitas, porque parte-se do princípio de que as receitas da APAL serão receitas que o município deixará de ter. Na página 9 do documento, sobre as ‘transferências correntes’, questionou se os 400 mil euros têm impacto no orçamento do município.

Concluiu a intervenção referindo que o assunto deveria ser mais clarífico, tendo questionado se, a nível do pessoal, quando refere ‘pessoal em funções’ diz respeito ao pessoal que transita dos municípios ou que vai ser contratado, uma vez que o valor acoplado ao ‘pessoal em funções’ é de 400 mil euros, e o valor para ‘pessoal a contratar’ é 25 mil euros, dando a ideia que vão transitar todos os funcionários.

Grupo Municipal da PS

O Sr. João Manso referiu que o orçamento é bastante confuso. Na rubrica ‘venda de bens e serviços’, deduz que seja da faturação dos clientes, há uma receita prevista de 6 milhões e 200 mil euros para 2024 (6 meses) e para 2025 a receita é de 9 milhões e 900 mil euros, ou seja, o valor para 2025 deveria ser o dobro de 2024.

Referiu ainda que será difícil fiscalizar o presente orçamento, porque inclui contas de outros municípios.

Concluiu abordando a rubrica ‘arrendamentos’ – 1000€, tendo perguntado se diz respeito a espaços a ser arrendados nos 4 municípios para instalação dos serviços ou se o valor apenas diz respeito ao município do Sabugal.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada questionou se faz sentido aprovar o orçamento antes do início de funções da APAL.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o orçamento da APAL vai ter implicações no orçamento da Câmara. Quando houver valores corretos da receita e da despesa vai ser feita uma alteração orçamental no orçamento dos municípios e retirar a respetiva despesa e a receita da água e saneamento e será feita uma alteração no orçamento da APAL, de forma a incluir esses valores. Ressalvou que estas alterações serão feitas de forma gradual.

Acerca do valor do pessoal, o objetivo é os funcionários saírem dos municípios e clarificou que apenas o conselho de administração será composto por pessoal externo aos municípios.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

Sobre a questão colocada pelo Sr. João Manso, o Sr. Presidente disse que haverá espaços físicos nos 4 municípios, pertencendo à APAL, pelo que terá de ser paga uma renda. Referiu ainda a necessidade de reforçar a rubrica, uma vez que o valor de 1000€ é residual.

Acerca das questões das rubricas, disse colocaria as questões ao técnico que elaborou o orçamento, pelo que posteriormente daria a resposta.

Às questões levantadas pelo CDS

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, embora transitório, o conselho de administração existe, tem escritura feita e em plenas funções, pelo que não vê problema em aprovar o orçamento.

Numa 2.^a ronda entrevistaram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, disse que o sentido de voto será favorável e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que solicitasse aos serviços que elaboraram o orçamento que o tornassem mais claro em situações futuras.

Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, o Sr. Presidente da Câmara disse que ainda hoje solicitará aos serviços informação para esclarecimento de dúvidas e transmitirá a necessidade de elaborarem um documento mais esclarecedor.

Concluiu referindo que na eventualidade de haver mais dúvidas, poderão enviá-las para que as possa fazer chegar a quem de direito, de forma a esclarecer as dúvidas.

Ponto 06 - Discussão e votação da repartição de encargos e minuta da delegação de competências relativos ao fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) da Câmara Municipal do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 3030, datada de 26-02-2024, deliberou, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos e a delegação de competências na Enerarea relativamente ao fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) da Câmara Municipal do Sabugal.**

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o ponto em discussão é da competência da Assembleia Municipal, tanto a repartição de encargos como a delegação

de competências na Enerarea. Referiu ainda que a delegação de competências na Enerarea tem como objetivo criar escala para investimentos futuros.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 07 - Discussão e votação da correção da Repartição de Encargos do fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) da Câmara Municipal do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a correção da repartição de encargos do fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) da Câmara Municipal do Sabugal, nos termos das informações registadas sob o n.º 3582, datada de 08-03-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse a repartição de encargos havia sido aprovada na sessão anterior da Assembleia Municipal (2024 – 374.486,30€; 2025 – 124.828,77€), tendo sido necessário corrigir a repartição de encargos para os anos de 2024 (274.468,30€) e 2025 (224.846,77€) é necessário que a Assembleia aprove essa correção.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 08 - Discussão e votação da adesão do Município do Sabugal à Inov@Termas – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar (Associação de direito sem fins lucrativos)

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do Município do Sabugal à Inov@Termas – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar (Associação de direito sem fins lucrativos), com uma contribuição anual de 500,00 €, nos termos das informações registadas sob o n.º 4131, datada de 18-03-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a adesão do município a esta associação surge na sequência da criação do Provere do Termalismo, que está estruturado de forma diferente de anteriores Proveres e tem como objetivo de gerir a verba que lhe for atribuído. Disse ainda que este provere é uma oportunidade que permitirá que se possam fazer melhorias no balneário termal do Cró.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, disse que é uma marca importante da Câmara, e o investimento parece pouco para aquilo que pode importar no futuro e se tiver a ver com angariação de mecanismos de divulgação e financiamento, é uma boa aposta, tem o apoio do grupo municipal do PSD.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada fez suas as palavras do Sr. Carlos Borregana e desafiou a Câmara a apresentar, uma vez por ano, um resumo do custo-benefício de todas as associações que a Câmara integra.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara disse que é uma atividade estratégica para o território e que irá solicitar aos serviços o levantamento do custo-benefício das associações que integra.

Ponto 09 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, João Nunes, na sequência dos eventos desportivos abordados na atividade municipal e realizados no Sabugal, lembrou que defende a presença de DAE's nas instalações desportivas do município, pelo que questionou se na eventualidade de algum incidente nesses dias, se os DAE's já estavam disponíveis.

Prosseguiu abordando a reunião com os médicos da ULS do Sabugal, dia 11, e questionou se a mesma está relacionada com a assistência médica nas capeias arraianas, assunto que defende e aguarda reunião desde o dia 4 de janeiro. Por último, referiu que, não havendo decisão conjunta, irá optar pela contratação de assistência médica através da União de Freguesias que preside, à semelhança do ano anterior.

Sobre a reabilitação do edifício do CCDL do Soito praça de touros, referiu que há uma empreitada adjudicada de 41 mil euros, e questionou se a mesma contempla entrada para acesso a deficientes às bancadas e saídas de emergência.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, na sequência da aquisição de serviços de consultoria especializada para preparação e gestão de candidaturas ao 1.º

Direito da Estratégia Local de Habitação, solicitou a revisão da Estratégia Local uma vez que pretende fazer candidaturas no Soito e não lhe é possível.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, em nome do grupo municipal do PS, congratular pela abertura do procedimento da estrada Sabugal-Sortelha, no entanto, alertou para o facto de no ponto 3 da atividade municipal – situação financeira, GOP's, se verificar que a execução global total destes 4 meses é baixa - 14,32%.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD

Acerca das questões colocadas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, reiterou que a colocação dos DAE's só pode ser colocada após formação dos funcionários e/ou outras entidades. Uma vez que a formação está concluída, informou que os mesmos serão colocados no final do mês. Sobre a questão dos médicos, a reunião tinha como objetivo saber o ponto de situação e sobre as questões pertinentes a serem abordadas no regulamento de apoio à fixação de médicos. Sobre a questão de assistência médica nas capeias, reforçou a posição de que apenas reunirá com uma comissão representativa de todas as comissões/Juntas de Freguesia organizadoras. Acerca das obras do edifício do CCDL, informou que o objetivo é melhorar as condições, referindo que o acesso a deficientes será avaliada e que a mesma implica alteração do projeto.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara deu nota que as revisões podem ser feitas a qualquer altura e que já foi abordado com os consultores da Estratégia Local de Habitação a melhor forma para lidar com a situação. Informou ainda os Srs. Presidentes de Junta a possibilidade de virem a ser contactados no sentido de indicarem sobre necessidades a integrar na revisão.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

Em resposta ao Sr. João Manso, deu nota que devido ao valor da obra foi necessário fazer a revisão de projeto e aguarda visto de Tribunal de Contas.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Não tendo havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram treze horas e quinze minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Dados: 2024.06.20 18:06:37 +01'00'
Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, Vânia Martins Filipe
Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 02/2024 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 ABRIL DE 2024

Anexo 1

Declaração de voto do Sr. José Escada

“O representante do Grupo Municipal do CDS-PP vota contra por dois motivos.

Em primeiro porque não aceito que a Assembleia Municipal sendo o órgão máximo de representação eleitoral seja condicionado, nesta ou noutra matéria, e muito menos que seja secundarizado ou que esteja limitado pela iniciativa da Câmara. Quem aprova é sempre a Assembleia não sendo admissível que em matéria de votos de louvor ou ordem de mérito não possa ter autonomia de proposição.

Em segundo lugar porque, ao Grupo Municipal do CDS-PP, foi negada a possibilidade de transformar a moção apresentada em Expediente, de atribuição da ordem de mérito, em VOTO de LOUVOR, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 29º, do Regimento.”

Anexo 2

Carta – Defesa dos Bombeiros e das Associações Humanitárias dos Bombeiros

“

Ex.mo(s) Sr.(s)

Presidente da Assembleia Municipal

Transcrevemos carta entregue hoje ao Sr Presidente da Câmara Municipal de Sabugal, numa ação nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses enviando a mesma missiva a S^a Ex^a o Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Primeiro Ministro, e localmente a todos os Presidentes de Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia.

Por uma questão de poupança de recursos a Associação entendeu por bem entregar uma missiva impressa e assinada ao Sr Presidente da Câmara (entregue hoje, 17 de abril, às 12 horas, pessoalmente) e enviar aos restantes (vereadores e Presidentes de Junta de Freguesia) por email.

Com os m/ cumprimentos

Luis Carriço

(Presidente da direção)

Assunto: Defesa dos Bombeiros e das Associações Humanitárias de Bombeiros

Exmo(a). Senhor(a)

A Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) tem vindo a chamar a atenção dos poderes políticos e da sociedade em geral para a absoluta indispensabilidade de garantir condições de trabalho dignas para os Bombeiros Portugueses, tendo apresentado aos partidos com representação parlamentar (na anterior legislatura) e ao Governo propostas concretas que se resumem:

- A. Regular o artigo 35.º da Lei n.º 32/2007 de 13 de agosto “O regime jurídico dos contratos de trabalho entre as associações humanitárias de bombeiros e o pessoal integrado no quadro de comando e no quadro ativo do respetivo corpo de bombeiros que exerce funções remuneradas é definido em diploma próprio, a publicar no prazo de 180 dias após a publicação da presente lei.”, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 155, de 13 de agosto de 2007. Os Bombeiros só precisam que o Governo cumpra a lei ou que o Parlamento obrigue o Governo a cumprir a lei, em falta há mais de 17 (dezassete) anos.*
- B. Garantir que as associações humanitárias de bombeiros (AHB), no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros sejam devidamente financiadas para os seus fins, de acordo com a Lei nº 94/2015, de 13 de agosto, garantindo que as AHB enquanto entidades patronais podem assumir a liquidação dos encargos resultantes da aplicação das normas previstas no artigo 35.º da Lei n.º 32/2007 de 13 de agosto, quando publicadas.*
- C. Que o Governo altere de imediato o anexo B da tabela N.º 3 da Diretiva Financeira 2024, publicado, no despacho n.º 02/SEPC/2024, garantindo o valor de 4,73€/hora, correspondente ao valor hora do RMNG para 2024 e de 8,907€, garantindo o valor hora previsto para o comandante referente na tabela remuneratória administração pública nível 19 apresentada ao anterior Governo, atualizado para 2024.*

A LBP alerta todos os poderes políticos que a manter-se a situação atual, ou seja, a inexistência de remunerações e carreiras condignas, não respeitando os princípios da dignidade do trabalho, do apoio ao voluntariado e da responsabilidade social, Portugal corre sérios riscos de a muito curto prazo não poder contar com o número indispensável de bombeiros para o desempenho das missões de socorro que, ao contrário do que se faz passar na opinião pública, pouco tem a ver com os incêndios florestais, mas muito tem a ver com o transporte diário de doentes e sinistrados urgentes e o transporte de doentes para consultas, hemodiálises e recuperação funcional, em todo o território nacional, garantindo a necessária coesão nacional num setor que cada vez mais se sente abandonado.

Os Bombeiros portugueses apelam por isso a todos os cidadãos conscientes que tudo façam para que o Governo de Portugal resolva, com a brevidade e ponderação necessária, esta gravíssima lacuna que se regista há mais de 17 anos, sem qualquer solução à vista, a bem da capacidade de resposta da primeira intervenção no socorro e salvamento de pessoas, bens e ambiente. Mais que um direito dos Bombeiros é uma obrigação de todos e, dos políticos em particular, encontrar uma solução urgente, evitando-se a degradação diária a que assiste, muitas das vezes olhando para o lado.

Os Bombeiros contam com os políticos portugueses e acreditam nas recentes promessas eleitorais que lhes foram feitas pela generalidade dos Partidos Políticos.

Sabugal, 17 de abril de 2024

(Assinado por Presidente da Direção, Comandante, colaboradores da Associação e alguns bombeiros.)”

Anexo 3

Moção ‘No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático’ - CDU

“O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutras a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da História do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de anti-fascistas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição.

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em 30 de Abril de 2024, delibera:

- 1) Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;*
- 2) Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;*
- 3) Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*
- 4) Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.”*

Anexo 4

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Lidas as contas e o relatório de gestão bem como os mais documentos e anexos, para além do parecer do ROC, gostaríamos de fazer alguns comentários que nos parecem oportunos. Começando pelo enquadramento macroeconómico nacional e internacional, enquadramento que nos parece estar relativamente bem feito, bem interpretado e com dados corretos, como aliás, tem acontecido nos últimos anos.

Passemos agora à análise dos quadros das contas...

Desta análise saltam à vista alguns desvios, face aos valores do ano anterior, seja ao nível das receitas, seja ao das despesas. Por exemplo, os ‘impostos diretos’ (IMI, IC, IMT, ...) cresceram +49%, as ‘taxas, multas, etc.’, que também cresceram (+16%), e os ‘passivos financeiros’ que quase duplicaram (+99%).

Ainda ao nível das receitas, notam-se igualmente alguns desvios, mas agora pela negativa, como por exemplo, na rubrica ‘transferências correntes’ que não foram além dos 87% face ao ano de 2022 (-13%); nos rendimentos de propriedade que reduziram 21%, nas ‘transferências de

capital' que não chegaram aos 63%, ou seja, ficaram 37% abaixo se comparado com o ano passado; na 'aquisição de bens e serviços' que não foi além dos 81%, ou seja, -19%; nas 'transferências correntes', 'transferências de capital' e 'aquisição de bens de capital' que não foram além de cerca de 90%, 76% e 74%, respetivamente, 10%, 14% e 26%, resp..

Em suma, e para encerrar estes primeiros considerandos, rubrica 'receita de capital', no seu conjunto, ficou 29% abaixo da receita corrigida prevista, uma taxa de execução muito baixa, a 'receita total' não foi além dos 88% do previsto, um valor que não envergonhando ninguém, ficam 12% abaixo do previsto.

Passemos agora às despesas. São visíveis igualmente grandes desvios ao nível das despesas orçamentadas, corrigidas e pagas em 2023. Mas discriminando, por exemplo, na aquisição de bens e serviços com taxa de execução de 80% (logo -20%), nas transferências correntes com execução de 90% (-10%), e na rubrica outras despesas correntes que não foi além dos 77%. Mas nas despesas de capital no seu conjunto a taxa de execução não foi além dos 73,5%.

De registar ainda ao nível das outras despesas, relacionadas com a aquisição de bens de capital que se ficou pelos 74%, das transferências de capital que se ficaram pelos 76% e dos passivos financeiros que não passaram de 69%. Logo, no âmbito das despesas gerais a taxa de execução ficou pelos 83%, ou seja, 17% abaixo do realizado o ano passado, i. é, 5% a menos do que o realizado ao nível da receita arrecadada que atingiu os 88%, com um saldo receitas-despesas, positivo, de 5%.

Outro pormenor é que todas as receitas aumentaram face ao ano transato: as correntes aumentaram 10%, as de capital aumentaram 46%. Em média a receita aumentou 16% em 2023. A execução orçamental desta Câmara encontra-se abaixo do orçamentado ou previsto. De facto, ao nível das receitas executaram-se apenas 88,3% (com 92% nas receitas correntes e 71% nas de capital), logo 3% acima do nível crítico que obriga ao saneamento financeiro da autarquia). Este valor de 88% é, no entanto, superior à despesa que se ficou pelos 83,3% (sendo 87% por parte das despesas correntes e 74% por parte das de capital).

Em função destes últimos valores apraz-nos desta vez registar e repetimos, apraz-nos desta vez registar, que em 31-12-2023 a CMS não se encontrava em situação passível de recurso a nenhum dos mecanismos de recuperação financeira referidos no artº 57 da lei 73/2013 de 3/9, situação para que caminhava nos exercícios anteriores, e que nos obrigou, por duas vezes, a chamar a atenção para essa problemática e preocupante questão, pois que, se aplicada, podia levar até à interrupção das transferências do OGE para a CMS, o que não seria de todo admissível.

Por sua vez algumas das despesas quando comparadas com o período homólogo ou com 2022, sofreram os seguintes desvios: Despesas com o pessoal +16%, Juros e outros encargos, +711%, Transferências correntes +21%, mas os subsídios baixaram 100% face a 2022.

No conjunto as despesas correntes aumentaram 10%. Por sua vez as despesas com a aquisição bens de capital aumentaram 83%, as transferências de capital +11%, e os passivos financeiros reduziram-se 23%. Em síntese, as despesas de capital aumentaram 62% e as globais aumentaram 20%.

Mas prosseguindo.... Regista-se um saldo orçamental significativo de cerca de 2.5 M€. Por sua vez, o balanço regista um aumento do ativo de 2,7 M€, e uma redução do passivo de 292 m€. Também o quadro da demonstração de resultados nos mostra que os gastos aumentaram 2,2M€, um aumento abaixo do aumento dos rendimentos ou receitas de 2,8 M€.

Os rácios ou indicadores de liquidez geral, reduzida e imediata aumentaram todos (para valores de 3.19, 3.85 e 1.94, respetivamente). Também nos apraz registar que em 31-12-2023 a CMS não tinha pagamentos em atraso, talvez caso único no país, e que ao nível dos compromissos futuros, também a situação se nos afigura confortável.

Por sua vez, a contabilidade de gestão regista crescimentos significativos ao nível dos custos de transferência de equipamentos cedidos +1123% face aos valores de 2022; das cantinas escolares com +527% face ao ano transato (f.a.t.); do museu e auditório, um acréscimo de 264% f.a.t.; da Colónia Agrícola Martim Rei com +128% f.a.t., da cultura +64% (isto na pag. 30) ou +123% (na pag. 32), dois valores que não sendo iguais nos deixam sem perceber qual o correto.

Ao nível dos custos por centros de responsabilidade registam-se na cultura e desporto uma variação positiva de +67%, e, na ação social uma variação de - 26%, mas desta vez pela negativa.

Agora, quase a terminar, comentemos os valores de alguns indicadores, que mostram que a execução financeira é razoável, nomeadamente ao nível do rácio de liquidez geral, da liquidez reduzida e da liquidez imediata, e que inclusivamente eles melhoraram do ano anterior para 2023.

Contudo, também há alguns que denotam variações negativas, como o rácio do endividamento (que subiu de 17.5% para 18.2%), da autonomia financeira que se reduziu (de 82,5% para 81.8%), do grau de cobertura do ativo (de 102.8% para 101.5%), do rácio dos gastos com o pessoal nos custos operacionais (de 40,33% para 43,9%), e da dívida por habitante (de 299.6€ para 336,4€).

Em jeito de síntese... e fazendo agora uma avaliação mais política dos valores apresentados (88% e 83% de taxas de execução da receita e da despesa, resp.) pode inferir-se uma fraca capacidade de realização quer da receita, sobretudo fora do OGE, quer das despesas em obras concelhias, ambas com prejuízo para os habitantes do nosso concelho do Sabugal.

A posição do grupo do PS na Assembleia Municipal é de abstenção.

Sabugal, 30-4-2024

Pelo Grupo do PS na MAS

José R. Pires Manso”

O Presidente da Assembleia, MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Dados: 2024.06.20 18:07:16 +01'00'

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, Vânia Martins Filipe
Vânia Martins Filipe